Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, bem como as não remuneradas;

1.4 — Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de actividades privadas aos dirigentes de nível intermédio, nos termos da lei;

1.5 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 da mesma disposição legal e com observância do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma;

1.6 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, em dias de descanso complementar e em feriados ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;

1.7 — Aprovar os horários de trabalho e de funcionamento dos serviços;

1.8 — Autorizar pedidos de equiparação a bolsheiro no País ou no estrangeiro nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto;

1.9 — Autorizar a inscrição e participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram no território nacional e no estrangeiro, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial de Saúde.

2 — No âmbito das competências específicas dos recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde (SNS):

2.1 — Autorizar a mobilidade de pessoal entre regiões a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro;

2.2 — Autorizar a celebração de contratos a termo certo previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 18.º-A do Estatuto do SNS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 53/98, de 11 de Março, e 68/2000, de 26 de Abril;

2.3 — Conferir posse aos membros dos conselhos de administração dos hospitais, às direcções dos centros de saúde, bem como ao pessoal dirigente nos termos da lei.

3 — No âmbito da gestão orçamental:

3.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locações e aquisições de bens e serviços até ao montante de € 750 000, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

3.2 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceder € 125 000;

3.3 — Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora subdelegado;

3.4 — Proceder à prática dos actos subsequentes ao acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora subdelegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado por membro do Governo em data anterior à da presente deliberação;

3.5 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços desde que cumpridos os condicionamentos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

3.6 — Autorizar a realização de arrendamentos para instalação dos serviços, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprovar as minutas e celebrar os respectivos contratos quando a renda anual não exceda o montante de € 100 000;

3.7 — Autorizar as despesas com seguros não previstas no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos e sem prejuízo do mesmo preceito.

4 — Outras competências:

4.1 — Efectuar auditorias, sem prejuízo das atribuições e competências legalmente conferidas a outras entidades;

4.2 — Celebrar acordos com instituições particulares de solidariedade social no âmbito da promoção de acções de apoio domiciliário dos utentes do SNS.

5 — A presente deliberação produz efeitos a 1 de Abril de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados e subdelegados, tenham sido praticados pelos referidos dirigentes.

13 de Setembro de 2006. — O Conselho de Administração: *António Manuel Gomes Branco*, presidente — *Francisco Manuel da Cruz Ferreira Crespo*, vogal — *Maria de Lourdes Caixaria Bastos*, vogal — *Maria Margarida Gomes Fragoso Mendes*, vogal — *Ana Maria dos Santos Pereira Nunes*, vogal.

Deliberação n.º 1393/2006

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pelo despacho n.º 15 177/2006 (2.ª série), de 26 de Junho, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 14 de Julho de 2006, e pelo despacho n.º 16 464/2006 (2.ª série), de 21 de Julho, da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2006, e em conformidade com o disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração deliberou delegar e subdelegar nos coordenadores sub-regionais de Saúde de Lisboa, Setúbal e Santarém, respectivamente licenciados Maria Manuela Cunha Vasconcelos Peleteiro, Rui António Correia Monteiro e Fernando Manuel de Almeida Afoito, no âmbito das respectivas Sub-Regiões, a competência para a prática dos seguintes actos:

1 — No âmbito da gestão de recursos humanos:

1.1 — Autorizar a acumulação de actividades ou funções públicas remuneradas, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, bem como as não remuneradas;

1.2 — Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de actividades privadas aos dirigentes de nível intermédio, nos termos da lei;

1.3 — Conceder licenças sem vencimento de longa duração, previstas no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, bem como autorizar o regresso dos funcionários à actividade;

1.4 — Conferir posse e assinar termos de aceitação referentes ao pessoal dirigente e de chefia, nos termos da lei;

1.5 — Aprovar os horários de trabalho e funcionamento dos serviços;

1.6 — Autorizar a inscrição e a participação dos funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que ocorram no território nacional e no estrangeiro, incluindo os destinados a assegurar a presença portuguesa em quaisquer reuniões ou instâncias de âmbito comunitário, do Conselho da Europa e da Organização Mundial da Saúde;

1.7 — Autorizar pedidos de equiparação a bolsheiro no País ou no estrangeiro, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 272/88, de 3 de Agosto, e 282/89, de 23 de Agosto;

1.8 — Autorizar o regime de horário acrescido, dentro dos limites legalmente previstos, bem como fazê-lo cessar;

1.9 — Autorizar a concessão do regime de dedicação exclusiva, bem como a concessão do regime de horário de quarenta e duas horas de trabalho normal por semana, aos médicos, nos termos dos n.ºs 3 do artigo 24.º e do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, bem como determinar a sua cessação.

2 — No âmbito da gestão orçamental:

2.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locações e aquisições de bens e serviços até ao montante de € 750 000, nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2.2 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar, nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceder € 125 000;

2.3 — Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora subdelegado;

2.4 — Proceder à prática dos actos subsequentes ao acto de autorização da escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora subdelegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado por membro do Governo em data anterior à da presente deliberação;

2.5 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços, desde que cumpridos os condicionamentos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

2.6 — Autorizar a realização de arrendamentos para instalação dos serviços, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprovar as minutas e celebrar os respectivos contratos, quando a renda anual não exceda o montante de € 100 000;

2.7 — Autorizar as despesas com seguros não previstas no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos e sem prejuízo do mesmo preceito.

3 — Outras competências:

3.1 — Efectuar auditorias, sem prejuízo das atribuições e competências legalmente conferidas a outras entidades;

3.2 — Celebrar acordos com instituições particulares de solidariedade social, no âmbito da promoção de acções de apoio domiciliário dos utentes do Serviço Nacional de Saúde;

3.3 — Coordenar o transporte de doentes, nomeadamente o que esteja a cargo de entidades privadas, sem prejuízo das atribuições e competências legalmente conferidas a outras entidades;

3.4 — Instruir processos de licenciamento das unidades privadas de saúde;

3.5 — Celebrar acordos de cooperação com vista à distribuição de impressos para receituário médico e requisição de elementos complementares de diagnóstico em uso no Serviço Nacional de Saúde;

3.6 — Autorizar donativos ou venda a preço reduzido de fornecimento de fórmulas para lactentes em instituições ou organizações, públicas ou privadas, quer para uso próprio, quer para distribuição externa, com observância do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 220/99, de 16 de Junho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 286/2000, de 10 de Novembro, com posterior conhecimento a este conselho de administração das quantidades globais cedidas e dos elementos constantes das alíneas b) e c) do n.º 3 do citado preceito legal, a fim de ser remetida trimestralmente pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a referida informação à Direcção-Geral da Saúde.

4 — A presente deliberação produz efeitos a 1 de Abril de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados e subdelegados, tenham sido praticados pelos referidos dirigentes.

13 de Setembro de 2006. — O Conselho de Administração: *António Manuel Gomes Branco*, presidente — *Francisco Manuel da Cruz Ferreira Crespo*, vogal — *Maria de Lourdes Caixaria Bastos*, vogal — *Maria Margarida Gomes Fragoso Mendes*, vogal — *Ana Maria dos Santos Pereira Nunes*, vogal.

Sub-Região de Saúde de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 20 333/2006

Por despacho da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Lisboa de 21 de Julho de 2006, foi autorizada a transferência do Centro de Saúde de Alcântara para o Centro de Saúde de Cascais, a partir de 1 de Setembro de 2006, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, de Armando José Correia Neto Nogueira, assistente graduado da carreira médica de clínica geral, do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Saúde de Lisboa. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2006. — A Coordenadora, *Maria Manuela Peleteiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 334/2006

Por despachos do vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras e da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Lisboa, por subdelegação, de 23 de Setembro de 2004 e de 28 de Junho de 2006, respectivamente, foi a Maria Elvira Dias Santos, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Torres Vedras, autorizada a renovação da acumulação de funções, em regime de dezoito horas semanais, ao abrigo dos artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Centro de Saúde de Mafra, a partir de 17 de Agosto de 2006, pelo período de um ano, eventualmente renovável. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2006. — A Coordenadora, *Maria Manuela Peleteiro*.

Despacho (extracto) n.º 20 335/2006

Por despacho do enfermeiro-director do Hospital de Reynaldo dos Santos e por despacho da coordenadora da Sub-Região de Saúde de Lisboa, por subdelegação, de 27 de Março e de 28 de Junho de 2006, respectivamente, foi autorizada a renovação da acumulação de funções de Ana Paula Henriques Pais Borges Coelho Vitorino, enfermeira graduada do quadro de pessoal do Hospital de Reynaldo dos Santos, em regime de dezanove horas semanais, ao abrigo dos artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, no Centro de Saúde da Azambuja, a partir de 28 de Março de 2006, pelo período de um ano, eventualmente renovável. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2006. — A Coordenadora, *Maria Manuela Peleteiro*.

Administração Regional de Saúde do Norte

Despacho (extracto) n.º 20 336/2006

Por despacho do Ministro da Saúde de 7 de Agosto de 2006, foi autorizada a exoneração do Dr. Luís Eduardo Antunes Gonçalves do cargo de delegado concelhio de saúde de Ponte da Barca, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

15 de Setembro de 2006. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Judite Oliveira*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospitais Cívicos de Lisboa

Hospital de D. Estefânia

Deliberação (extracto) n.º 1394/2006

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 3 de Agosto de 2006, foi a Herminia Amélia Vidigal Amaro de Lacerda, chefe de serviço de anesthesiologia do quadro do Hospital de D. Estefânia, autorizada a redução de uma hora no seu horário de trinta e oito horas semanais, ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com efeitos a partir de 16 de Agosto de 2006.

14 de Setembro de 2006. — A Vogal Executiva, *Ana Cristina Andrade*.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Despacho (extracto) n.º 20 337/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 20 de Julho de 2006, foram nomeados na categoria de assistente graduado de medicina interna do quadro de pessoal destes Hospitais os Drs. Jorge António Monteiro de Carvalho Pratas Leitão, José Bernardes Correia e Sara Maria Diogo da Silva Leitão. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — A Directora do Serviço de Pessoal, *Maria Helena Reis Marques*.

Despacho (extracto) n.º 20 338/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 20 de Julho de 2006, foi Maria de Lurdes Quelho Branco Oliveira nomeada na categoria de assistente administrativa especialista do quadro de pessoal destes Hospitais. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Reis Marques*.

Despacho (extracto) n.º 20 339/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 20 de Julho de 2006, foram nomeados na categoria de técnico especialista de neurofisiologia (TDT) do quadro de pessoal destes Hospitais Francisco João Fernandes Lobo e Clotilde Maria de Oliveira Martins. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — A Directora da Área de Recursos Humanos, *Maria Helena Reis Marques*.

Despacho (extracto) n.º 20 340/2006

Por despacho do conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra de 20 de Julho de 2006, foram nomeados na categoria de assistente administrativo principal do quadro de pessoal destes Hospitais os seguintes funcionários:

António Pedro Fonseca Cardoso.
Dirce Micaela Lopes Cruz Pinto Barreto.
Narsília Lopes Reis Carvalho.
Gonçalo Alexandre Duarte Gomes.
Maria Carmo Costa Nogueira.